

PODER

Rejeitado por bolsonaristas no Senado, indicado à DPU pediu ampla defesa aos golpistas do 8/1. Lula reconheceu não ter trabalhado pela aprovação de Igor Roque

Derrota no Senado acende alerta no Planalto

» EVANDRO ÉBOLI

Repercutiu ainda no governo a derrota imposta ao Palácio do Planalto na última quarta-feira na votação, no Senado, da indicação de Igor Albuquerque Roque para a chefia da Defensoria Pública da União (DPU). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o indicou, reconheceu em entrevista que tem responsabilidade sobre esse revés. O resultado pegou os governistas de surpresa, até porque o nome do defensor público foi aprovado na sabatina da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) com folga, no placar favorável de 20 a 1, há pouco mais de três meses.

Os bolsonaristas votaram em peso contra o nome de Roque no plenário, sob o argumento de que o defensor teria alguma responsabilidade num seminário organizado pela DPU que discutiu a saúde da mulher, no qual o aborto foi mencionado como uma questão de política pública. Não houve brado ali em defesa da extensão das permissões da interrupção de uma gravidez a não ser as previstas em lei, que são os casos de estupro, de risco à saúde da gestante e de diagnóstico de anencefalia.

Durante sua fala na sabatina, Igor Roque nem tocou nesse assunto. Ao contrário, fez uma referência a um tema que agrada a seguidores de Jair Bolsonaro. Ele defendeu o direito à ampla defesa dos “patriotas” que participaram dos atos de vandalismo do 8 de janeiro.

“Destaco a atuação da DPU com os presos nos atos antidemocráticos em janeiro. Todos têm direito a uma defesa independentemente do pensamento ideológico. A despeito da gravidade desses atos contra o Estado Democrático de Direito, a DPU entende que esse mesmo Estado deve se fazer presente na defesa das garantias e direitos fundamentais, sem qualquer tipo de discriminação”, afirmou Igor Roque, que disse não haver incoerência nesse papel dos defensores públicos que defendem esses bolsonaristas.

“Para a instituição, que preza a dignidade humana e a defesa dos direitos humanos, não há qualquer incoerência em repudiar os atos antidemocráticos do 8 de janeiro e ao mesmo tempo trabalhar na defesa dos direitos de pessoas vulnerabilizadas que estão respondendo por esses atos na justiça. Todos e todas têm direito a ampla defesa e ao devido processo legal.”

Pedro França/Agência Senado



Nome de Roque ganhou resistência após ser associado à organização de seminário sobre aborto na Defensoria

A indicação de Roque teve como relator o senador Humberto Costa (PE), líder do PT na Casa, que o apresentou como alguém com “todas as credenciais” para assumir a DPU. Ambos são pernambucanos.

O defensor prosseguiu, durante a sabatina, falando sobre seu envolvimento e sua disposição de trabalhar contra as desigualdades sociais. “Atendemos pessoas vulneráveis que precisam de remédio, da mãe aflita que não consegue dar aos filhos a atenção à saúde necessária e o pão de cada dia. As pessoas com deficiência, que precisam dos benefícios previdenciários, a inclusão social, quem sofre com questões de moradia, os que estão em situação de prisão, os indígenas, os ribeirinhos, quilombolas, as pessoas LGBTQIA+. E a nossa população negra, que sofre diariamente com o peso do racismo”, afirmou Roque aos senadores.

Sentado próximo a ele na CCJ, o senador Jader Barbalho (MDB-PA) ganhou um elogio de Roque, mas o parlamentar paraense foi um dos ausentes na votação do plenário que sacramentou a derrota do defensor.

O também defensor público federal Gustavo Ribeiro, que atua perante o Supremo Tribunal Federal (STF), lamentou que

a DPU esteja sem um defensor geral efetivo desde janeiro.

“Essa falta de definição, de alguém para planejar. O que pesa, na verdade, é que o interino fica com dificuldade em tomar grandes decisões. De fazer um planejamento para seu trabalho. Tinha um nome (Daniel Pereira, indicado por Bolsonaro no fim de 2022), mas foi retirado. Depois, veio outro, o do Igor (indicado por Lula em 19 de maio), só sabatinado (11 de de julho) e evitado (25 de outubro) depois de algum tempo. Aprovado e depois rejeitado”, lembrou Ribeiro.

Mea-culpa

Lula reconheceu não ter trabalhado pela aprovação do nome de Roque e atribuiu sua falta de empenho a sua cirurgia.

“O fato de não terem aprovado o Igor, possivelmente eu teria culpa, porque eu estava hospitalizado, não pude conversar com ninguém a esse respeito e nem sequer avaliar se ele poderia ser trocado ou não. Eu lamento profundamente. Eu não sei com quantos senadores ele conversou e se ele conversou com os líderes do governo”, disse o presidente.

Na quarta, Roque acompanhava a votação do fundo do plenário, cercado por alguns assessores

do Palácio. Com o correr da sessão, parlamentares do PT identificaram uma mobilização para não conduzi-lo ao comando da Defensoria. Só os votos dos bolsonaristas não seriam suficientes para se atingir esse propósito. A ausência de aliados de Lula no plenário, somada a um movimento de um grupo silencioso que desejava o tal recado para o Planalto, foi a razão da derrota.

Não compareceu para votar, além de Barbalho, a Professora Dorinha Seabra (União-TO), que é vice-líder do governo.

Senadores da oposição, como Carlos Portinho (PL-RJ), foram para as redes dizer que a derrota era um recado para Lula e que a possível indicação do ministro da Justiça, Flávio Dino, para o Supremo correrá riscos.

“Derrubamos o indicado do Lula para a DPU. Recado dado. Gesto forte! Tenho dito: se colocar o Dino pro STF vai passar vergonha!”, postou Portinho.

O governo não entendeu assim. Os assessores do Planalto disseram, após a sessão, que são “coisas distintas”. Acreditam que o nome de Dino será aprovado, mas não com a votação de Cristiano Zanin, que amealhou 58 votos, incluídos até alguns de senadores ligados a Bolsonaro.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Entre a sede de vingança e os horrores da guerra

Circula nas redes sociais a foto de dois meninos de mãos dadas, um com a camisa azul de Israel e seu quipá, e outro com a bandeira da palestina e seu lenço quadriculado. É uma mensagem utópica: a convivência fraterna entre palestinos e israelenses. O presente na Palestina é absurdamente distópico. Na guerra da Faixa de Gaza, ambos os lados têm lugar de fala, com um rosário de argumentos para ir à guerra. Entretanto, nada justifica o ataque terrorista do Hamas ao território de Israel, nem legítima o massacre de civis palestinos, principalmente crianças, mulheres e idosos pelo Exército israelense. É uma espécie de Lei de Talião ao quadrado: olho por olhos, dente por dentes.

Havia um “tit for tat” na relação de Israel com seus inimigos na região. A expressão vem do holandês dit vor dat, “este por esse”, que corresponde à expressão latina quid pro quo — “uma coisa pela outra”. Consistia numa política que alternava retaliação ao Hamas, sempre que havia uma agressão, e cooperação tácita, após o cessar-fogo. Essa estratégia enfraquecia a Autoridade Palestina, inviabilizava a criação de um Estado palestino independente e possibilitava a colonização nos territórios ocupados por Israel na Cisjordânia. Entretanto, saiu do controle. O Hamas se fortaleceu e promoveu um violento ataque terrorista, que pegou de surpresa o governo de Benjamin Netanyahu.

Não há dúvida de que Israel será vitorioso contra o Hamas, graças ao seu poderio bélico, que inclui armamento nuclear, e o apoio militar e diplomático dos Estados Unidos, que inibe ação dos demais inimigos de Israel, principalmente o Irã. O pronunciamento de Netanyahu, ontem, mostra a disposição de levar a guerra às últimas consequências, ou seja, reduzir a Faixa de Gaza a escombros. A ofensiva em Gaza é tratada pelo governo de Israel como uma segunda guerra da independência.

É uma remissão à Guerra do Yom Kippur, em 1973, quando a Síria e o Egito invadiram Israel, cujo bastidor é retratado no filme *Golda* — *A mulher de uma Nação*, com a atriz Helen Mirren. O diretor Guy Nattiv conduz a narrativa para mostrar um modo de fazer política no qual o objetivo de salvar o país e resgatar seus soldados presos, porém, nunca esteve descolado da ambição de conquistar o reconhecimento diplomático e um acordo de fronteira com o principal agressor, o Egito.

Golda Meyerson, Mabovitch quando solteira, nasceu em Kiev, na Ucrânia, em 3 de maio de 1898. Ainda criança, emigrou com os pais para os Estados Unidos (1906) e, em 1921, estabeleceu-se na Palestina. Ali, começou a trabalhar para a criação do Estado de Israel, aliando-se ao movimento sindical Histadrut e ao Partido Trabalhista (Mapai). Foi embaixadora na União Soviética, ministra do Trabalho, chanceler e secretária-geral do Mapai. Tornou-se primeira-ministra em 1969, após a morte de Levi Eschkols. De centro esquerda, o Mapai é sionista e social democrata.

Naufrações

Benjamin “Bibi” Netanyahu ocupa o cargo de primeiro-ministro de Israel pela terceira vez. Chefe do partido Likud, já havia liderado o país de 1996 a 1999 e de 2009 a 2021. Natural de Tel Aviv, é o primeiro-chefe de Estado que nasceu em Israel, em 21 de outubro de 1949. O Likud congrega a centro-direita e a direita conservadora. Foi criado em 1973, como uma coalizão liderada pelo partido Herut, que representa os sionistas revisionistas. Acusado de corrupção, Netanyahu enfrenta forte oposição popular, por causa de sua proposta de reforma do Judiciário, cujo objetivo é transformar a democracia de Israel num regime iliberal.

A retaliação de Israel ao Hamas ganha contornos de limpeza étnica, com a expulsão dos palestinos da Faixa de Gaza, que só não ocorreu ainda porque as fronteiras com o Egito estão fechadas. Em tese, só haverá paz quando a sede de vingança por ultrapassada pela consciência dos horrores da guerra. E as crianças que aparecem na foto, qual o destino delas? Sem um acordo de paz que possibilite a erradicação do terrorismo e a criação do Estado palestino, serão inimigas pelo resto das suas vidas?

Em setembro de 2015, a imagem de outra criança viralizou nas redes sociais: o corpo de Alan Kurdi, de 3 anos, amanhado numa praia da costa da Turquia. A foto de Nîlûfer Demi chocou a opinião pública mundial e desnudou a tragédia humanitária que ocorre no Mediterrâneo, com milhões de refugiados. Abdullah Kurdi, com a mulher e dois filhos, naufragou num bote de borracha no qual embarcara em Bodrum, na Turquia, para chegar a Cós, ilha grega no Mar Egeu. O objetivo da família era migrar para o Canadá e começar uma nova vida, com ajuda de Teema, tia do menino, que lá trabalhava como cabeleireira em Vancouver. Somente Abdullah sobreviveu. Poderiam ter feito esse trajeto de avião, mas não tinham passaportes. Como os curdos da Turquia, os palestinos da Faixa de Gaza são tratados como párias.

Governo atento à votação da PEC do STF

Após o susto com a rejeição ao nome de Igor Roque para a chefia da Defensoria Pública da União (DPU), o governo irá acompanhar e monitorar de perto a tramitação da emenda constitucional que tira poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) limita decisões monocráticas e pedido de vistas dos integrantes da Corte.

A previsão é que o texto seja votado no plenário em 8 de novembro, após decorridas as cinco sessões de prazo necessárias para ir a voto. O governo não acredita que a oposição tenha voto suficiente para aprovar uma mudança desse tamanho no funcionamento do tribunal.

Para ser aprovada, uma PEC necessita ser aprovada em dois turnos, com pelo menos 49 votos favoráveis. As decisões monocráticas são aquelas tomadas por um único ministro e que podem suspender a eficácia de uma lei e derrubar até mesmo um ato de um presidente da República, do Senado ou da Câmara.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE) não acredita na aprovação da emenda e disse que o governo vai aguardar sua tramitação e conferir a disposição do plenário. “Não

Carlos Moura/SCO/STF



Proposta que limita decisões monocráticas no Supremo deve ser votada em 8 de novembro

temos nem certeza se essa proposta será votada, mas vamos acompanhar”, disse Carvalho.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse que não sabe como o governo está pretendendo encaminhar a votação, mas afirmou ser contrário ao seu conteúdo. “É algo completamente extemporâneo. O Supremo acabou de fazer várias reformas regimentais, que até vão na linha do que os senadores estão querendo. Além disso, estamos

saindo de um período de quatro anos (governo Bolsonaro) de confrontação do Executivo com o STF. Transferir esse embate para o Senado me parece algo ruim. E seria colocar água no moinho da extrema direita, que tem no tribunal um adversário”, disse Costa ao **Correio**.

A inclusão dessa PEC na pauta foi razão de uma divergência entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e a presidente do PT, deputada Gleisi

Hoffmann (PR). A petista acusou Pacheco de estar “fazendo um serviço para a extrema direita” e que sua iniciativa de pautar o tema se deu de “maneira açodada”.

O senador mineiro rebateu e afirmou que a acusação de Hoffmann era “simplista”. “Tenho uma trajetória marcada pelo respeito às divergências. Mas tentar rotular uma proposta legislativa como de direita ou de esquerda para desqualificá-la, além de simplista, é um erro”. (EÉ)